PsiPorã
Revista do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFGD

ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA INTERSEÇÃO COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS

STATE OF THE ART OF STUDIES ON SOCIAL REPRESENTATIONS AND THEIR INTERSECTION WITH THE PROFESSIONAL PRACTICE OF PSYCHOLOGISTS

ESTADO DE ARTE DE LOS ESTUDIOS SOBRE REPRESENTACIONES SOCIALES Y SU INTERSECCIÓN CON LA PRÁCTICA PROFESIONAL DE LOS PSICÓLOGOS

Edna Aparecida Rodrigues[1]

Resumo: Tendo em vista a importância histórica da Teoria das Representações Sociais, TRS, para o campo da Psicologia Social, aliada à amplitude metodológica possibilitada pelo estudo das representações sociais em pesquisas empíricas, este trabalho – parte integrante de um projeto de pesquisa em nível de doutoramento, acerca das representações sociais de psicólogos fiscais em um Conselho Regional de Psicologia – tem como objetivo apresentar uma revisão ampla e sistemática da literatura sobre as Representações Sociais. Com foco em estudos publicados entre 1980 e 2020, foi feita uma busca nas plataformas Scielo e PubMed, utilizando os descritores: Conselho de Fiscalização Profissional, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia, Psicologia, Psicólogo Fiscal, Orientação Profissional e Fiscalização Profissional, tendo sido encontrados centenas de artigos, os quais foram estruturados de acordo com a data de publicação e com os conceitos ou abordagens apresentados. Traçou-se uma análise crítica da TRS, demonstraou-se os principais passos de sua evolução, e destacou-se as áreas de pesquisa em Representações Sociais e sua apropriação na Psicologia Social, revelando uma tensão entre Positivismo e o medo da especulação.
Palavras-chave: Teoria das Representações Sociais; Conselho de Fiscalização Profissional; Psicólogo Fiscal; Orientação Profissional.

Abstract: Considering the historical importance of the Theory of Social Representations (TSR) for the field of Social Psychology, coupled with the methodological breadth made possible by the study of social representations in empirical research, this work – an integral part of a doctoral research project on the social representations of psychologists overseeing a Regional Psychology Council – aims to present a broad and systematic review of the literature on Social Representations. Focusing on studies published between 1980 and 2020, a search was conducted on the Scielo and PubMed platforms using the descriptors: Professional Oversight Council, Federal Council of Psychology, Regional Council of Psychology, Psychology, Psychologist Oversight, Professional Guidance, and Professional Oversight, resulting in the discovery of hundreds of articles, which were structured according to the publication date and the concepts or approaches presented. A critical analysis of the Social Representations Theory (SRT) was outlined, the main steps in its evolution were demonstrated, and the research areas in Social Representations and their appropriation in Social Psychology were highlighted, revealing a tension between Positivism and the fear of speculation.
Keywords: Social Representations Theory; Professional Oversight Board; Supervising Psychologist; Professional Guidance.

[1] Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, CRP-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: rodriguesedna3000@gmail.com, ORCID https://orcid.org/0000-0002-4037-4280

Resúmen: Dada la importancia histórica de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS) para el campo de la Psicología Social, junto con la amplitud metodológica que posibilita el estudio de las representaciones sociales en la investigación empírica, este trabajo —parte integral de un proyecto de investigación doctoral sobre las representaciones sociales de los psicólogos que supervisan un Consejo Regional de Psicología— tiene como objetivo presentar una revisión amplia y sistemática de la literatura sobre representaciones sociales. Centrándose en estudios publicados entre 1980 y 2020, se realizó una búsqueda en las plataformas SciELO y PubMed utilizando los descriptores: Consejo de Supervisión Profesional, Consejo Federal de Psicología, Consejo Regional de Psicología, Psicología, Supervisión Psicológica, Orientación Profesional y Supervisión Profesional, lo que resultó en el hallazgo de cientos de artículos, que se estructuraron según la fecha de publicación y los conceptos o enfoques presentados. Se realizó un análisis crítico de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS), se demostraron las principales etapas de su evolución y se destacaron las áreas de investigación en Representaciones Sociales y su aplicación en la Psicología Social, revelando una tensión entre el positivismo y el temor a la especulación.
Palabras clave: Teoría de las Representaciones Sociales; Junta de Supervisión Profesional; Psicólogo Supervisor; Orientación Profesional.

A Psicologia vem se consolidando como uma das profissões liberais cada vez mais expressivas no conjunto dos países ocidentais, porém com um especial destaque no território brasileiro. Embora a Argentina figure como o país com maior número proporcional de psicólogos em atuação por habitante, com 222 psicólogos registrados a cada 100 mil habitantes (WHO, 2026), e embora alguns países tenham, em números absolutos, um imenso contingente profissional – como os EUA, onde em 2018 havia 102.000 psicólogos licenciados (Lin, Conroy & Christidis, 2020) – o contingente brasileiro de Profissionais Psicólogos registrados supera em muito o dos outros países.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2024), existem atualmente mais de meio milhão de psicólogas e psicólogos em atuação no Brasil, fazendo do país a nação com o maior número de profissionais de psicologia em atuação no mundo, desempenhando atividades essenciais em saúde, assistência social e no sistema de justiça entre diversas outras.

Dentre as unidades da federação, o estado de Minas Gerais possui enorme relevância quantitativa. Conforme os dados divulgados pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG, 2024) e pelo CFP (2024), há cerca de 50 mil profissionais com registros ativos atuando em solo mineiro em 2024. Essa representatividade reflete o crescimento contínuo da categoria profissional ao longo das últimas cinco décadas de existência dos Conselhos e a expansão de sua importância social e técnica nas diversas áreas do desenvolvimento humano e da saúde mental da população brasileira.

No que diz respeito aos psicólogos fiscais, esses profissionais compõem as Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) dos conselhos regionais. Não há um dado nacional divulgado publicamente pelo CFP que aponte o número exato de psicólogos fiscais atuando em todo o Brasil de forma centralizada. Isso ocorre porque cada Conselho Regional de Psicologia contrata sua própria equipe, conforme as demandas, o porte e o orçamento de sua respectiva jurisdição estadual.

Contudo, em relação a Minas Gerais, os documentos de transparência e as atas das reuniões da COF do CRP-MG no ano de 2024 informam que a equipe técnica local é composta por cerca de 10 psicólogos fiscais, além de uma gerência técnica. Essa equipe, distribuída na sede de Belo Horizonte e nas subsedes, cumpre a função primordial de assegurar que o exercício da psicologia respeite as normativas éticas e técnicas, atuando na averiguação de denúncias, na inspeção de espaços e em ações preventivas para a classe. (CFP, 2024; CRP-MG, 2024).

Julga-se que para uma análise apropriada do processo de orientação e fiscalização feito pelos Psicólogos Fiscais, é preciso incorporar a percepção e os valores dos próprios Psicólogos Fiscais, sendo por isso importante e justificável investigar as representações sociais que esses psicólogos fiscais possuem acerca de seus processos de orientação e fiscalização, o que, se espera, venha a contribuir com o aperfeiçoamento da atuação dos Conselhos. O estudo dessas representações permite compreender como o profissional maneja a dualidade da sua função: orientar o colega de profissão e, simultaneamente, exercer um papel de autoridade, fiscalização e controle legal.

Uma pesquisa do tipo Estado da Arte parte do pressuposto de que analisar essas matrizes de pensamento auxilia a revelar contradições, convergências e possíveis divergências epistemológicas na aplicação diária do poder fiscalizatório. Afinal, o psicólogo fiscal sofre dupla influência: submete-se ao universo reificado das legislações burocráticas e, paralelamente, ao universo consensual das crenças originadas no cotidiano profissional. Compreender esse fenômeno sociocognitivo explicita como tais convicções compartilhadas condicionam as decisões éticas diárias, impactam o suporte fornecido aos trabalhadores da área e ditam a tradução da lei em atos concretos. Consequentemente, isso eleva a eficácia e a justiça de seu papel perante a sociedade. (Ferreira, 2002; Moscovici, 2007).

Sendo assim, este artigo tem como objetivo apresentar uma revisão ampla e sistemática da literatura sobre as Representações Sociais, incluindo-se na pesquisa estudos de diversas áreas do conhecimento, com diferentes métodos e objetivos, elaborada como etapa de uma pesquisa em nível de doutoramento em Psicologia Social.

Aspectos Metodológicos

Dado o objetivo principal do projeto de pesquisa ao qual este artigo se vincula, que foi identificar o fenômeno da Representação Social do processo de orientação e fiscalização para os psicólogos fiscais do CRP-MG, analisando sua influência no desempenho das funções do cargo, sua importância, para além das lacunas da pesquisa, fez-se necessário realizar uma revisão de literatura acerca da Teoria das Representações Sociais em perspectiva ampla, inclusive analisando possíveis integrações de diferentes tipos de pesquisas quanto à área de

conhecimento, aplicabilidade e métodos, identificando aquelas que se repetem e até mesmo apontando contradições e divergências em trabalhos acadêmicos.

Nesse sentido, foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo e PubMed, dentro do período de 1980 a 2020, utilizando os descritores: Conselho de Fiscalização Profissional, Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia, Psicologia, Psicólogo Fiscal, Orientação Profissional e Fiscalização Profissional.

Segundo Ferreira (2002), esse tipo de pesquisa denominado 'estado da arte' tem caráter bibliográfico e visa mapear as produções acadêmicas de um determinado conhecimento, podendo, portanto, ser utilizado em todas as áreas do conhecimento, um levantamento que, quando realizado, permite responder perguntas sobre como esse determinado conhecimento vem sendo produzido; em que período foi mais privilegiado, que público é investigado, métodos prevalentes, entre outros (Ferreira, 2002).

Para Fonseca, Salvi e Torres (2014, p. 143), o estado da arte é “[...] uma atividade árdua e complexa, justamente pelo seu caráter crítico e reflexivo. Auxilia na otimização e também no desenvolvimento de novas demandas de pesquisa, conceitos e paradigmas”.

Após a leitura dos resumos, introdução, metodologia e conclusão, percebeu-se que existem diversos estudos e pesquisas sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), o papel do Psicólogo, o Conselho de Psicologia, a Psicologia Social, a Legislação da Psicologia, como foi possível verificar ao realizar a pesquisa bibliográfica.

Em um levantamento realizado por Martins et al. (2014), que teve como objetivo identificar grupos de pesquisa brasileiros cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que desenvolvem pesquisas utilizando a teoria da Representação Social, o campo da educação aparece como destaque; verificou-se que, do total absoluto de 172 grupos cadastrados que se utilizam da teoria da Representação Social, 50 são da área de educação, correspondendo a 29,1%. Ao analisar especificamente o contexto da Psicologia, observamos um menor número de pesquisadores, revelando que nesta área do conhecimento existem poucos estudos que utilizem a TRS. No que diz respeito à pesquisa, estudos recentes mostram uma preocupação relacionada à aproximação histórica da psicologia e das representações sociais, conforme aponta De Paula (2016, p. 200).

Em seu estudo, De Paula (2016) expõe avanços e desafios que marcaram a história da abordagem elaborada por Serge Moscovici, bem como sua importância para a psicologia social. Sua pesquisa consiste em uma revisão crítica da literatura, envolvendo questões epistemológicas e ontológicas direcionadas à obra original de Moscovici. Além dessa preocupação, é comum encontrar estudos que buscam analisar as Representações Sociais sobre o trabalho do psicólogo, mas sob o olhar de um grupo determinado, sejam estudantes de psicologia ou pessoas em geral. O estudo de Moreira, Rique, Maia e Camino (2022), por exemplo, buscou-se conhecer as representações sociais dos brasileiros sobre a sociedade

ideal e sobre as ações em nível individual e governamental que esse grupo julga necessárias para a construção dessa sociedade.

Encontrou-se também muitos estudos sobre o trabalho do psicólogo e como ele se evidencia na sociedade sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, como o trabalho de Pinheiro, Marvila e Canal (2018). Os autores iniciam a investigação por meio de uma revisão literária da Teoria das Representações Sociais e, em seguida, realizam uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas entre dois grupos distintos de pessoas: os indivíduos que nunca receberam atendimento psicológico e, comparativamente, o grupo de indivíduos que têm ou tiveram atendimento psicológico.

Buscando localizar as representações sociais entre as correntes mais tradicionais das teorias do conhecimento, vale recorrer, como ponto de partida, à língua vernácula. Em um primeiro sentido, representação é o "conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento" (Ferreira, 2002); é, em suma, a "reprodução do pensado"., a ênfase é colocada na natureza do conhecimento, na própria possibilidade de conhecer e apreender a realidade, abrindo caminho para o paradigma construtivista. As representações sociais, por serem definidas como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Tal privilégio já supõe uma ruptura com as correntes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como um saber formalizado, ou seja, focam em um conhecimento que já cruzou o limiar epistemológico, sendo constituído por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência. Em nítido contraste, as correntes que focam no conhecimento como saber, formalizado ou não, buscam superar a cisão entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas específicas.

É óbvio que esta diferenciação não é um mero recurso didático; é óbvio que implica a constatação de mudanças importantes na posição a respeito do status de objetividade e busca da verdade. Trata-se evidentemente de inserir o estudo das representações sociais entre os esforços para desconstruir a retórica da verdade, componente intrínseco da Revolução Científica que inaugura a modernidade nas sociedades ocidentais. Esta contestação da retórica da verdade pode ser vista como um movimento em três etapas: da epistemologia clássica à incorporação do social, com a consequente relativização da objetividade, e, no terceiro momento, à ampliação do olhar, a fim de ver o senso comum não mais como um cidadão de segunda classe, mas como um conhecimento legítimo e motor de transformações sociais. Tendo colocado as representações sociais no conjunto de disciplinas que se ocupam da construção do conhecimento e esboçado alguns pressupostos básicos que as inserem nas correntes pós-modernas, resta-nos caracterizá-las como uma abordagem psicossocial. Sendo este um campo de estudo transdisciplinar, mas sem cair na armadilha da compartimentação disciplinar, cabe-nos indefectivelmente destacar a contribuição da Psicologia Social,

especialmente no que se refere ao esforço de superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, e entre psicologismo e sociologismo.

Desta forma, as próximas seções apresentam o Estado da Arte das Representações Sociais, a partir de uma base teórica, contextual e jurídica dos conceitos vinculados ao problema de pesquisa apresentado no projeto do qual este trabalho é parte integrante, ou seja: Teoria da Representação Social, Conselho de Fiscalização Profissional, Psicólogo Fiscal e sua função. Esse aporte teórico foi usado para endossar cientificamente a fase de análise de resultados e conclusões do projeto de pesquisa, nível de doutoramento em Psicologia Social.

Teoria da Representação Social

A Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Serge Moscovici, especialmente no livro “Representações Sociais - Investigações em Psicologia Social” (2007), assim como por outros autores que investigaram este conceito no campo epistemológico, teórico e prático. Esta seção propõe uma revisão teórica do conceito de 'representação social' (RS) utilizado por Moscovici – principal autor no qual se baseia o projeto de pesquisa em nível de doutorado do qual este artigo é fruto – e os conceitos periféricos utilizados na análise do fenômeno da RS. Esta fundamentação teórica foi utilizada na análise dos resultados categorizados da pesquisa de campo com os psicólogos fiscais do CRP-MG a fim de compreender a RS que possuem para sua função, cujos resultados foram publicados em outro artigo (Rodrigues, 2026).

Em primeiro lugar, analisam-se as características do pensamento social em seu aspecto epistemológico e conceitual, como marco categorial no qual se incluem as representações sociais. Em segundo lugar, expõem-se alguns desdobramentos sobre os antecedentes históricos e teóricos, para então tratar da formação e estruturação da representação social. Num terceiro momento, abordam-se os conceitos de ancoragem e objetivação envolvidos na construção social da TRS. Por fim, consideram-se alguns antecedentes históricos fundamentais para a compreensão da problemática do estado simbólico deste campo de estudo, realizando, além disso, uma breve revisão das áreas de pesquisa sob a perspectiva macrossocial e microssocial, relacionando-as com uma teoria da comunicação humana.

Aspectos Epistemológicos e Definições Conceituais: O Pensar Social

Este texto focará na leitura proposta pela Teoria da Representação Social - molde para se pensar a realidade, motivado no ser humano a partir de suas formas de compartilhar conhecimentos e de constituir sua realidade. O termo Representação Social e sua fundamentação teórica até meados do século XX estiveram majoritariamente ligados à

Sociologia, mas a partir de cientistas como Moscovici e outros tornou-se um tema central na Psicologia Social e na epistemologia do conhecimento.

Um ponto marcante nessa construção foi o seminário “Epistemologia e representações sociais” de Serge Moscovici e Denise Jodelet (1994 - Paris) no programa de doutorado em Psicologia Social da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Nesse seminário, Moscovici ensina sobre o paradigma teórico e epistemológico das representações sociais (TRS), a partir do problema da racionalidade e irracionalidade do conhecimento social enraizado nas crenças sociais. Em sequência, Moscovici aponta que esta construção do conhecimento é permeada por elementos da comunicação e da linguagem, que, embora possibilitem a comunicação humana, também a limitam.

Outro princípio que marcou o seminário foi a resistência de Moscovici em submeter-se aos ditames teóricos ortodoxos e à metodologia da pesquisa, delineando o caráter avaliativo da versatilidade teórica e metodológica no paradigma das representações sociais.

O conceito de RS destacado por Moscovici (2007) é considerado um "instrumento ou meio de observação" que serve como uma estrutura simbólica que permite aos sujeitos de uma mesma comunidade observar e decodificar a realidade, e assim atribuir significados semelhantes aos diversos objetos que constituem o "mundo ordinário". Nota-se que o gatilho do processo de RS é a elaboração, por parte de um grupo de pessoas, como resultado da indução social, de uma leitura distorcida da realidade e do comportamento social, para se adaptar à organização da operação cognitiva dos respectivos grupos.

O estudo das representações sociais como formas de conhecimento do senso comum desenvolveu-se amplamente tendo em vista diferentes lugares de ancoragem, e diferentes ordens de dinâmicas que contribuíram para sua formação, sua estrutura, funcionamento e efeitos. Entre eles, a atenção voltou-se para a contribuição da transformação do conhecimento científico em conhecimento do senso comum através de canais de comunicação e pertencimentos culturais e sociais.

Nessa medida, “uma representação social é elaborada segundo dois processos fundamentais de objetivação e ancoragem” (Moscovici, 1961, p.5) através dos quais é possível a construção de uma realidade socialmente compartilhada, onde o “conhecimento do senso comum" e o "conhecimento científico" estão intercalados. Dito isso, parece que a TRS se apresenta como um fenômeno e não apenas como um conceito; este princípio aponta para uma difícil dupla questão: como o social intervém na elaboração psicológica que constitui a RS e como esta elaboração psicológica intervém no Social?

Mary Jane P. Spink (1993) ao comentar a TRS, como “formas de conhecimento”, destaca o referencial teórico da Psicologia Social em consonância com outras abordagens surgidas da Filosofia, Sociologia, Antropologia e Psicologia Cognitiva. Ao realizar esta localização, assume-se a concepção transdisciplinar das RS, somada à interconexão dos fenômenos individuais e coletivos. Neste mesmo esforço de definição epistemológica, Denise

Jodelet (1988) aponta que as RS são modelos de conhecimento prático orientados à comunicação e compreensão do contexto social, material e ideacional em que vivemos.

Portanto, não se localiza como um conceito abstrato, mas como formas de conhecimento construídas a partir de um emaranhado de elementos cognitivos, imagens, conceitos, categorias e teorias. Parece que, por serem socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando em última instância a comunicação. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessando a partir de seu conteúdo cognitivo, devem ser entendidos a partir de seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas que cumprem e das formas de comunicação por onde circulam.

Ressaltando este caráter social da representação, Jovchelovitch (2000) relata que, assim como o "social é mais do que um agregado de indivíduos, as representações sociais são mais do que um agregado de representações individuais" (p.79). Segue-se que a representação contém ao mesmo tempo um espaço de significado e simbologia, um espaço no qual tanto as experiências individuais quanto as coletivas constroem esse mesmo espaço mediante a construção da representação. É neste ínterim indivíduo-representação-cultura que se localiza a visão antropológica na análise da construção do esquema mental (esquemas), construído a partir de elementos culturais e cognitivos.

Os sujeitos - como organismos que não são apenas adaptativos por serem ativos - misturam o ambiente e o ambiente cultural para formar representações cognitivas que oferecem significado ao sujeito e ao ambiente. Moscovici (2007) também compartilha desta epistemologia ao afirmar: As representações são influenciadas por orientações ideológicas, comunicacionais e comportamentais, fixando ideias sobre ciências populares, Psicologia popular, física popular, medicina popular, magias populares e assim por diante. Tudo isso oferece um material maravilhoso para uma rica exploração de nossa cultura, nossas formas de pensar e falar, nossas formas de nos relacionarmos. E é exatamente o estudo deste tipo de material que pode ser fonte de teorias mais gerais e complexas, que podem explicar a estrutura e gênese de nosso conhecimento e nossa ação comum (Moscovici, 2007, p. 316).

Esta visão sistêmica moscoviciana é considerada pela pesquisadora Jodelet (2017) que dedica seu livro "Representações sociais e mundos de vida" a Serge Moscovici, assinalando que ele foi o "mentor que me fez respeitar minha liberdade". Destaca o fio condutor da obra de Moscovici (e de sua vida pessoal) de questionar as formas de conhecimento frente ao passado e o olhar para o futuro, especialmente entre a História e o progresso. Tal viés transversal da RS dialoga com a noção de complexidade e intersubjetividade dos fenômenos proposta por Edgar Morin (2005).

O autor entende que, diante da complexidade da realidade, o pensamento complexo é imprescindível, condição *sine qua non* para sair da estagnação do conhecimento interdisciplinar produzido por sujeitos e grupos. Assim, Morin (2005) afirma que: (antagonismos

e que, ao mesmo tempo, os regula), que respeite a diversidade, enquanto a unidade (seja) um pensamento organizador que concebe a relação recíproca entre todas as partes. (p. 230). Nesta perspectiva, Morin (1996) marca sua posição de resistência ao determinismo e simplificação da ciência positivista, não concebendo a separação sujeito-objeto; pelo contrário, localiza-os em constantes interações.

O conhecimento está entrelaçado na complexidade de uma rede heterogênea de ações, trocas e eventos que constituem o mundo complexo. Complexidade que tem como pano de fundo a trama da incerteza e da desordem, frente à não neutralidade do observador. Assim, o conhecimento coisificado presente na ciência não pode prescindir das limitações de uma racionalidade determinista e simplista; pelo contrário, o novo paradigma abraça o significado real do contexto com todas as complicações inerentes, considerando-o um emaranhado ornado com o desafio da incerteza.

Existem pontos de encontro entre este pressuposto levantado por Morin e o conceito de representação, quanto à visão global do ser humano e aos objetos nomeados por ele, ou seja, suas construções, percepções e interpretações integrando a dimensão subjetiva com a social, cultural e histórica. Jodelet (1984) imprime a análise da complexidade dos objetos envolvidos em todo um sistema de representações, onde um núcleo se vincula a outros núcleos formando uma rede de sistemas representativos com pontos de convergência e divergência mais ou menos frágeis segundo o público e a história, no espaço em que são produzidos.

Assim, compreende-se o compromisso do pesquisador que se propõe a estudar o emaranhado que tece a construção do saber e seu poder constituído e, ao mesmo tempo, constituinte. O contexto Social interfere na percepção da nossa realidade consensual e, ao mesmo tempo, interfere na construção social desta realidade através de situações concretas vividas pela comunidade e através da comunicação que se estabelece entre eles. Constroem, em suma, a cultura, seus símbolos e ideologias.

Em outro texto, Jodelet também afirma que “a representação é uma forma de conhecimento prático que se funda em um sujeito e um objeto: a representação social é sempre representação de algo (o objeto) e de alguém (o sujeito)” (Jodelet, 1991). Assim, a noção de representação social encontra-se na interseção entre o psicológico e o social. Trata-se da forma como nós, sujeitos sociais, apreendemos os fatos da vida cotidiana, as características do nosso entorno, as pessoas e as informações que nele circulam. Este conhecimento constitui-se através das nossas experiências, mas também através da informação, saberes e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, da educação e da comunicação social. Este conhecimento participa na "construção social da realidade" (Berger & Luckmann), já que é um conhecimento prático que forja evidências de nossa realidade consensual e designa uma forma de pensamento social. Para

Berger e Lukmann (1963, p. 70) “O especificamente humano do homem e sua sociedade estão indissoluvelmente ligados. O homo sapiens é sempre, e na mesma medida, um homo socius”.

Alcance e Diversificação do Conceito de Representação: Paradigma Teórico e Prático

Nesta esteira de análise epistemológica, chega-se a um ponto de interrogação: A "Teoria das Representações Sociais" é efetivamente uma teoria, uma noção ou um paradigma teórico? (Camargo, 2015). Camargo (2015) aponta que em vários textos o próprio Moscovici (1996, 2007) - autor da TRS - refuta o termo 'noção' afirmando que se trata de um fenômeno complexo que não sustenta uma definição única e fechada. Nesta mesma direção argumentativa, o autor rejeita o termo 'teoria' já que sua aplicação no campo da Psicologia Social requer uma visão sistêmica do fenômeno.

Por outro lado, o termo paradigma pode direcionar-se a campos muito amplos perdendo a especificidade da proposta de Moscovici. Nesse dilema, optamos aqui pelo uso do termo paradigma porque o estudo das RS afetou toda uma ciência. Adotar como enfoque referencial o Paradigma das Representações Sociais (PRS) exige coragem, rigor e abertura científica, como aponta Moscovici (1994), o PRS refere-se a um fenômeno, tem uma fenomenologia, e seu interesse reside nas relações sociais e não em indicadores principalmente estilísticos de uma linguagem verbal que limita a comunicação humana.

Diante do exposto, nota-se que a apropriação da TSR exige a adoção de pressupostos epistemológicos, ontológicos e científicos que se fundamentam tanto no estudo do conhecimento social, quanto nas características de seu funcionamento, inserido no contexto social e nos contextos temporais, e nos espaços mentais nos quais se elabora o conhecimento. Considerando que o ser humano, como sujeito social, é o conjunto de informações que circulam ao seu redor, a pergunta é: como se constitui esse conhecimento “espontâneo”, “ingênuo” ou “natural” que costumamos chamar de senso comum?

Moscovici (1988) explica que “o senso comum é um corpus de conhecimento baseado em tradições compartilhadas e enriquecido por milhares de “observações” de “experiências”, sancionadas pela prática. (Moscovici, 1988, p. 688). No mesmo sentido, Jovchelovitch (2000) afirma que as RS não teriam “nenhuma utilidade num mundo onde os seres humanos vivessem isolados. De fato, não existiriam” (p. 80). Segundo Haas e Jodelet (2007), as características sociais do pensamento são evidenciadas por: 1) sua extensão, 2) sua forma de elaboração, 3) suas funções e 4) sua relevância prática.

Em termos de extensão, este pensamento natural é compartilhado por um grupo de pessoas pertencentes a um mesmo grupo ou estado. Exemplo: Membros da mesma profissão, do mesmo grupo social (classe social ou tipo de comunidade étnica) ou da mesma religião. As formas de processamento dependem de diferentes formas de comunicação: a) interpessoal, b) institucional e c) midiática. A comunicação que flui para o espaço público através da

comunicação de massa afeta não apenas o conteúdo, mas também as características cognitivas e o estilo de pensamento social.

No mesmo sentido, Moscovici (1961/1979) esclarece que as representações são compostas por figuras e expressões socializadas - ideias externas à mente do indivíduo - que se reorganizam continuamente, compondo finalmente a linguagem. Esta reorganização requer um reordenamento de estruturas e referências com base em valores e regras compartilhadas naquele contexto específico. Desta forma, representar é “construir uma doutrina que facilite a tarefa de decifrar, prever ou antecipar seus atos” (p. 27), pelo qual os sujeitos envolvidos têm faróis para seu comportamento e crítica social.

Em face do exposto, nota-se que o paradigma elaborado por Moscovici em 1961 contém fenômenos complexos que são observados diretamente no público de diversas formas: discursivas, simbólicas, materiais ou expressas (geralmente verbais) evocadas por métodos de pesquisa (relatos, questionários, associações verbais). Estes fenômenos podem ser vistos como domínios que contêm vários elementos de sistemas coerentes (imagens, opiniões, atitudes, afirmações, crenças, valores).

Este modelo estrutural tenta dar conta da organização e transformação social, especialmente diante de atitudes manifestas em relação a questões socialmente mobilizadoras que exigem um posicionamento dos sujeitos envolvidos. Este ponto reafirma que a forma e o conteúdo do pensamento social dependem estreitamente do contexto social, espacial e temporal em que são formulados.

Antecedentes Históricos e Teóricos que Sustentam a Estruturação da Teoria da Representação Social

O conceito de Representações Coletivas (RC) formulado por Durkheim (1912/1995) é considerado o precursor da TSR; no entanto, nota-se que o pensamento durkheimiano não pode abranger a complexidade, o dinamismo e a instabilidade das RS, que criam imagens e significados para os eventos vividos. Sob esta luz, entende-se, portanto, a escolha teórica de Moscovici (2007) pelo uso do termo social em lugar de coletivo, denotando uma certa plasticidade em cada ciclo histórico que influenciará nossas referências na adaptação de referentes interpretativos que dão sentido à convivência em grupo. O clássico artigo Representações Individuais e Representações Sociais, publicado em maio de 1898, condensa princípios epistemológicos para o conceito de consciência coletiva já desenvolvida por Durkheim em suas três grandes obras: Da divisão do trabalho social (1893), As regras do método sociológico (1895) e O Suicídio (1897). O conceito de "Representação Coletiva" (Durkheim, 1893, 1898, 1912) marca já um esboço da relação entre representações coletivas e fato social.

No livro “Da divisão do trabalho social” (1893), especialmente no capítulo “Solidariedade mecânica ou por semelhanças”, é introduzida a noção da consciência coletiva como uma existência independente do indivíduo. Neste momento, não há distinção conceitual entre consciência coletiva e representações coletivas, destacando-se sua função de originar laços sociais de solidariedade entre os indivíduos. Em última instância, a divisão social do trabalho sustenta a existência da própria sociedade, proporcionando uma maior liberdade de comunicação entre os sujeitos em comparação com as sociedades pré-industriais. O conjunto de crenças e sentimentos comuns ao membro médio de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade. (Durkheim, 1893, p. 81).

Nesse momento, Durkheim (1893) menciona dois tipos de sociedade - inferior ou superior - cujos parâmetros são a divisão mecânica e orgânica do trabalho, respectivamente. Na solidariedade mecânica, os indivíduos compartilham os mesmos valores sociais, tanto em matéria de crenças religiosas quanto em interesses de subsistência material. Por outro lado, na solidariedade orgânica há divisão do trabalho e diferenciação individual e social, além de não necessariamente compartilharem os mesmos valores e crenças.

Neste sentido, Durkheim afirma que a criação de todo pensamento ou ação se baseia na complexa interação coletiva. Para exemplificar, Durkheim (descendente de família judaica) analisa o fenômeno religioso, afirmando que é um conjunto socialmente definido de ditames obrigatórios e como um "sistema de representações". Assim, o termo 'representações coletivas' é usado para diferenciar da ideia de representação individual, ao mesmo tempo em que demonstra que o conceito de representação coletiva e o de Social são sinônimos.

Ou melhor, a ideia que prevalece é que todos os "conceitos", escreve Durkheim (1895/1993), que são de origem coletiva (como o são, de fato, todos os conceitos), assumem aos nossos olhos, mesmo quando seu objeto não é um objeto real, uma força que se apresenta como real. E por isso os conceitos adquirem a vivacidade e força de ação das sensações. (Moscovici, 2007, p. 282).

O pensamento de Durkheim configura uma conexão entre o sistema de representações (o que a comunidade pensa) e as práticas (o que a mesma comunidade faz), um traço marcante nas sociedades industriais visto como uma positividade e não apenas como um desencadeador de conflitos entre capital e trabalho. Ainda assim, deve-se destacar que - apesar do conceito de consciência coletiva não conseguir prever e explicar as diferenças nas formas da sociedade industrial – ele consegue afirmar que o constante movimento de interpretação e expressão da realidade está fundamentalmente relacionado com o momento histórico social, desmistificando a explicação de neutralidade.

Assim, por um lado, Durkheim cria um terreno favorável para considerar a influência biológica para a vida psíquica; por outro lado, é criticado por seu naturalismo sociológico que

reduz a vigilância epistemológica para adaptar a formatação do conceito de fato social e a consequente simplificação da complexidade da realidade (Alexander, 1997). Neste ponto, é oportuno criticar o pensamento de Durkheim que propõe o princípio de normalidade e a função da ciência de restaurar a ordem social no caso de ocorrer algum desvio.

O professor de sociologia Marcio de Oliveira (2012), em um debate sobre o conceito de representações coletivas, afirma que “as representações são assim funções mentais. [...] As representações são coletivas e, portanto, não podem ser reduzidas simplesmente a indivíduos. Como resultado da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si, vão além deles, adquirindo uma realidade e autonomia próprias” (Oliveira, 2012, p. 71).

Neste processo de aproximação, cabe destacar o conceito de "consciência coletiva" proposto por Durkheim: "O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade constitui um sistema específico que tem vida própria, podendo ser chamada de consciência coletiva ou comum” (Durkheim, 1893/2004, p. 82). Nota-se o objetivo de delimitar o espaço entre a Psicologia (vista como sinônimo do individual) e a Sociologia (o coletivo), mas assumindo a consequente complexidade ao aceitar a interferência de questões individuais e representações coletivas. Em outras palavras, os conceitos são representações coletivas expressas na linguagem, as quais, por sua vez, são compartilhadas pelo campo social através da comunicação em suas diferentes formas verbais e não verbais.

A autora Estramiana sustenta que “[...] o que diferencia as representações coletivas das sociais é o caráter dinâmico das segundas frente ao caráter estático das primeiras [...] O conceito de representação social é dificilmente diferenciável do de representação coletiva”. (Estramiana, 1995, pp. 75-76). Diante do exposto, pode-se concluir que a teoria durkheimiana realiza uma dialética construtivista que entrelaça as categorias, conceitos e representações coletivas testemunhadas na linguagem, constituindo ao mesmo tempo sua estrutura e função. “A função das categorias é, de fato, dominar e cobrir todos os demais conceitos; são as imagens permanentes da vida mental” (Durkheim, 1912/1992, p. 408).

Assim, é importante analisar o campo da historicidade das representações sociais para compreender a interferência da “regularidade estilística” (Moscovici, 2003) na construção de universos comunicacionais. No entanto, aqui a história se fundamenta na noção de continuidade/descontinuidade, passado/presente, considerando que o fenômeno das representações sociais se articula, por um lado, com saberes preexistentes de diferentes épocas (Moscovici & Vignaux, 1994), bem como com as exigências da vida cotidiana que requerem contínuas mudanças adaptativas. E, em suma, com a estabilização do núcleo figurativo, originam-se as diversas possibilidades dos símbolos e seus significados e, consequentemente, a materialização e espacialidade de seus elementos lhes outorgam um lugar que lhes reconhece os instrumentos para orientar as percepções e os julgamentos numa realidade socialmente construída.

Nesse momento, entende-se que o termo 'representações' se relaciona com o pensado ou o deslocamento ao nível mental do que o indivíduo e/ou grupo legitima como realidade.

A construção da Teoria da Representação Social de Moscovici também foi influenciada por outros autores, como afirma Moscovici (2007), a leitura de Piaget e Vygotsky desencadeou seu caminho como pesquisador, já que apontam para um paradigma da ciência inserido no contexto da modernidade alinhado à premissa da consciência.

Segundo Duveen (2001), tanto Moscovici quanto Piaget compartilham da mesma postura epistemológica - o mundo tal como o conhecemos - é o mundo construído por nós através de nossas operações psicológicas. Para compreender as representações, é necessário compreender os processos através dos quais elas são produzidas e transformadas, ou seja, segundo Piaget (1990), os processos de assimilação e acomodação presentes no processo de ação do sujeito colaboram para o seu conhecimento Social.

A teoria genética epigenética piagetiana marca o intercâmbio entre o cognitivo, o afetivo e o social no processo de desenvolvimento da criança, compartilhando assim com princípios epistemológicos da teoria moscoviciana. Esta semelhança é percebida por Jovchelovith (2008) quando afirma que ambos demonstraram que o status de representação é, ao mesmo tempo, epistêmico, Social e de espécie, sendo que é a partir da consideração destas três dimensões que se pode explicar por que as representações não são uma cópia do mundo externo, mas uma construção simbólica deste mundo. Construção que utiliza tanto materiais recebidos do mundo exterior quanto recursos derivados de sua exploração do ambiente, complementando que funcionam como ancoragens para a percepção e compreensão da realidade (Piaget, 1979).

Para avançar na reflexão sobre as ancoragens que fazem referência aos julgamentos individuais, é relevante o livro de Piaget (1932/1994) “O Julgamento Moral na Criança” , no qual o autor visa alcançar o julgamento moral partindo da visão da própria criança durante seu desenvolvimento. Nesta pesquisa, Piaget encontrou três etapas no desenvolvimento moral: a regra motora (fase pré-verbal) ; a regra coercitiva (a criança percebe e interioriza as regras como sagradas e imutáveis provenientes do adulto de referência) ; e a regra racional (fase adolescente, questionam-se as regras, podem ser adaptadas em função das necessidades e/ou desejos sempre que exista consenso grupal).

Nota-se que no princípio a criança ainda atua em um nível operativo concreto atuando por coerção ou imitação dos adultos: “a criança não dissocia o elemento de responsabilidade civil, por assim dizer, e o elemento criminal” (Piaget, 1932/1994, p. 106). No entanto, ao se desenvolver biopsicossocialmente, a criança ultrapassa a fase anterior e consegue ter uma noção de responsabilidade subjetiva baseada na capacidade de conduta intencional e autônoma, referendando a crítica entre os possíveis acordos dos grupos.

Este processo gradual entre a fase de moralidade heterônoma e a fase autônoma está intimamente relacionado com experiências de afeto positivo, respeito mútuo e generosidade

que modificam gradualmente o conceito de justiça (Piaget, 1932/1994) percebida em três tipos: justiça retributiva (sanção medida pela gravidade do fato) ; justiça distributiva (corrigir o erro, considerar as intenções); justiça imanente: (o Outro é capaz de decidir o que é justo). Em nenhum destes tipos de justiça percebe-se a ação da consciência crítica sobre a construção de normas, apesar de que para alcançar esta moralidade autônoma o sujeito precisa experimentar e ser afetado pelos modelos que o coletivo lhe oferece.

Aparece, muito referenciando o estudo psicogenético piagetiano acerca da relação entre o respeito e a lei moral, a importância da autocrítica a partir do outro (espelho), ou seja, a regulação da conduta é um resultado da cooperação e saída do egocentrismo. "Ora, a crítica nasce da discussão, e a discussão só é possível entre iguais: portanto, só a cooperação alcançará o que a coerção intelectual é incapaz de alcançar" (Piaget, 1932 / 1994, pp. 298-299). Conclui-se que Piaget, como pesquisador, construiu a teoria do conhecimento e a utilizou como base para pensar a teoria científica da consciência moral através da teoria epigenética do julgamento moral. Portanto, para Piaget, todo sujeito tem potencial para a ação moral a partir das experiências com o ambiente.

Vygotsky foi outro autor que influenciou o pensamento de Moscovici acerca do processo de constituição do sujeito; o ponto de encontro destes teóricos se baseia na premissa sociocognitiva. Semelhante encontro tem como pedra angular o pressuposto em que o ser humano se constitui a si mesmo como tal, como sujeito humano, através dos tipos de suas interações cognoscentes com o contexto semiótico/simbólico do qual faz parte, e as estruturas mentais estão atuando concomitantemente com os dispositivos sensoriais.

Nota-se que Vygotsky (1991; 1998; 2000), em sua postura empirista não reducionista, reforça a compreensão da participação da cultura como um status "constituinte" da mente, pois defende que o conhecimento não está necessariamente dentro do sujeito, mas tem uma conexão com certas formas prévias de cognição. Assim, sustenta a tese de que o sujeito constrói e reconstrói seu mundo mental através do processo que envolve a interatividade entre suas estruturas cognitivas potencialmente disponíveis com as ferramentas simbólicas/semióticas compartilhadas na cultura.

Desta forma, concorda-se que o aspecto de historicidade presente na RS situa-se no espaço entre conteúdos com características mais estáveis (surgidos de construções simbólicas legitimadas no senso comum) e conteúdos flexíveis permeáveis ao contexto imediato. Moscovici (1978a; 2003) também legitima que existe uma singularidade em cada sujeito mesmo diante das contingências de sua realidade sociocultural; este sujeito interagirá com infinitas referências representativas tecidas nos espaços cotidianos construídos sob o amparo dos processos interpessoais de comunicação, enfim, Moscovici traz uma interpretação sociocognitiva do fenômeno subjetivo.

Para avançar na compreensão da interação dialética entre aquilo que aparece e o que realmente é na realidade, pode-se retomar o entendimento de que a RS tem um rosto icônico (imagem) e um rosto simbólico (significado), “[...] em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (Moscovici, 2007, p. 46). O intercâmbio entre imagem e realidade, ou seja, a alteração da percepção entre as aparências da realidade das coisas tem como catalisador alguma noção construída por interesses humanos, que é apresentada pelo outro, pelo Social. Moscovici (2007), dando continuidade à construção da teoria, apresenta o caráter convencional e prescritivo das representações baseadas no pressuposto de que o fato de o homem ser social o impede de ser imune à RS.

No entanto, é importante ressaltar o duplo caráter da RS, já que por um lado dirige a leitura do mundo e por outro lado é o catalisador de mudanças na própria representação. Resta saber se a RS também interferirá nas atitudes, emoções e comportamentos.

Com base nestes conceitos, a pesquisadora L. P. S. Villas Bôas estuda o tema Representações Sociais no Brasil (2008) e menciona que as fases da RS contêm vários mecanismos vinculados tanto ao contexto histórico particular do próprio objeto representacional quanto à história do grupo que o constitui, como objeto de representação social. Nesse mesmo sentido, Mead (1934) afirma que "o indivíduo é estimulado pela resposta do outro e atua de uma maneira tentando responder à situação” (p. 161) e continua afirmando que os comportamentos e atitudes do ator são “afetados e afetam as atitudes dos demais” (p. 327). Devido à complexidade destes capilares de núcleos figurativos na sociedade moderna, o próprio Moscovici (2007) cita uma nova classificação das RS: representações hegemônicas, emancipadas e controversas, onde as denominadas RS “hegemônicas” se caracterizam por um alto grau de uniformidade, estabilidade e caráter fortemente coercitivo, presentes em práticas simbólicas e afetivas.

As representações emancipadas, por sua vez, são percebidas em conversas e trocas de conhecimento. Já as representações controversas estão presentes nos conflitos e na resistência às imposições não compartilhadas pelo grupo, que respondem com conflitos sociais.

Segundo Chauí (apud Zimmermann, 2001), perceber é diferente de pensar e não uma forma de pensamento inferior e deformada. A percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é a relação entre ela e nós, e entre nós e eles; uma relação possível porque eles são corpos e nós também somos corpos. A vinheta de Mafalda registra esta relação e as miríades possíveis frente aos processos de ancoragem e objetivação e sua relação com a singularidade da constituição do sujeito.

Os processos de ancoragem e objetivação são conceitos importantes para compreender a interferência da cultura na construção das RS. Moscovici (2007) aponta que a

nomeação de coisas e ideias funciona como ponto de ancoragem diminuindo o distanciamento frente às construções inerentes à convivência em sociedade. “Ancorar é, portanto, classificar e nomear algo. As coisas que não estão classificadas e que não têm nome são estranhas, inexistentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (Moscovici, 2007, p. 61).

Continuando com Moscovici: O homem é um ser de linguagem e sempre estará atravessado pela lógica de classificação e “[...] se é verdade que classificamos e julgamos as pessoas e as coisas comparando-as com um protótipo, então nós, inevitavelmente, nos inclinamos a fixar-nos e selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo” (Moscovici, 2007, p. 64).

Nesta busca de categorização diante da angústia de não saber, utilizam-se estratégias de ancoragem para selecionar características que se assemelhem ao fenômeno, em direção a um modelo preestabelecido, ou seja, o eixo sai da subjetividade do fato em si para focar nas referências anteriores. Nesse sentido, "ancorar implica também a prioridade do veredito sobre o julgamento e do predicado sobre o sujeito" (Moscovici, 2007, p. 64).

Spink (1993) ao comentar o conceito de ancoragem proposto por Moscovici (1976) explica que “a ancoragem se refere à inserção orgânica do estranho no pensamento já constituído. Ou seja, ancoramos o desconhecido em representações já existentes" (p. 306). Moscovici (2007) destaca que a representação sempre estará ancorada em referências prévias, ou seja, um conceito, uma percepção ou pensamento não é imaculado, e sim, ele vem tatuado em formas figurativas que embasam a formação do pensamento atual. Estas ancoragens sempre serão instáveis e imperfeitas porque são construções sociais.

Assim, os conceitos também carregarão esta inconstância; nesse movimento há a possibilidade de criar leituras do novo evento que também servirá como âncora para mudar a percepção do conceito que o ancorou. As ancoragens construídas, apesar de terem uma função de referência, também têm certa instabilidade e inconsistência na medida em que são abstrações e como tais não são a realidade. Moscovici (2007) cita a ideia do físico inglês Maxwell quando afirma que aquilo que parecia abstrato a uma geração se torna concreto à seguinte, e acrescenta que “o que é incomum e imperceptível para uma geração, torna-se familiar e óbvio para a seguinte. Isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou ao costume, embora provavelmente ambas sejam necessárias” (p. 77).

A partir das conexões enumeradas na comunidade produz-se o que antes era da ordem desconhecida, e é precisamente a união da ideia de desconhecimento com a de realidade que modificará a percepção da própria realidade; este processo é chamado por Moscovici de “objetivação”. Assim, o coletivo configura-se numa dualidade: é ao mesmo tempo o espaço de criação e desconstrução da realidade. Esse processo de seleção de pontos de ancoragem - imagens - não é aleatório nem natural, já que está ligado à manipulação da ideia que se quer construir sobre a realidade, este enquadramento é denominado por Moscovici como “padrão central figurativo". A materialização de uma abstração é uma das características

mais misteriosas do pensamento e da fala. “[...] Tal autoridade se fundamenta na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (Moscovici, 2007, p. 71).

Continuando com o processo de ancoragem, nota-se que num segundo momento “a imagem é totalmente assimilada e o percebido substitui o concebido” (Moscovici, 2007, p. 74). Se em um momento as imagens foram criadas pela realidade para facilitar a comunicação humana e a interação social, agora se produz um transtorno no qual a imagem engole a realidade e a subjuga, como se a imagem existisse sem realidade.

E o mais impressionante é que as pessoas indiscutivelmente acreditam nestas imagens, ocorrendo uma espécie de alienação na qual a imagem vai além do objeto que a originou, a imagem converte-se no que significa.

Esta metamorfose é própria de estar inserida na linguagem e, portanto, na cultura, mas uma linguagem paradoxal e complexa que nos coloca na tarefa de questionar e reeditar esta transferência do objeto em imagem/palavra e da palavra em objeto.

Moscovici (2007, p. 75-76) cita que o referido interrogatório se justifica já que a base para a transferência do objeto/imagem/objeto em nossa cultura está referenciada na ciência tradicional que pretende medir e criar generalizações de objetos físicos: “*O vivo se assimila ao inerte, o subjetivo ao objetivo e o psicológico ao biológico*” (Moscovici, 2007, p. 76). Darío Páez (1987) considera duas modalidades de ancoragem da representação no social:

A ancoragem funciona como atribuição de sentido à representação social, consistindo na integração cognitiva do objeto representado dentro do sistema de pensamento preexistente, e as transformações derivadas deste sistema, tanto de um lado como do outro. Não é, como no caso da objetivação, a constituição formal do conhecimento, senão sua inserção orgânica dentro do pensamento construído. Ou seja, é uma rede de significados em torno ao esquema figurativo de representação social, inserindo-o e relacionando-o com outros elementos do universo simbólico.

A ancoragem é um processo de instrumentalização do conhecimento social. A representação social converte-se em um marco de interpretação da realidade e ajuda a construí-la. A representação não se inscreve em uma tábula rasa, senão que encontra sempre "algo que já havia sido pensado", latente ou manifesto.

Neste mesmo esforço conceitual, Spink (1993) explica que esta transformação da representação em realidade requer três etapas: A descontextualização da informação (mediante critérios normativos e culturais) ; a formação de um núcleo figurativo (estrutura que reproduz figurativamente uma estrutura conceitual) e a naturalização (a transformação destas imagens em elementos de realidade).

A mencionada mutação entre representação e realidade é explicada por Moscovici (2007): “[...] a linguagem é como um espelho que pode separar a aparência da realidade, separar o que é visível do que realmente existe e do que o representa sem mediação” (p. 77).

Nesse processo de transmutação da aparência em realidade ocorrem conexões “químicas” que podem ser explosivas já que se neutraliza a capacidade de relacionar-se criticamente, o que pode ter como substrato desajustes violentos na interação entre as pessoas.

Como afirma Moscovici (2007): “nossas representações, portanto, convertem o desconhecido em algo familiar” (p. 78) e o elemento para desencadear estes catalisadores baseia-se na memória, na linguagem, nos gestos já codificados, ou seja, a ancoragem diminui o estranhamento frente ao desconhecido e põe a memória em constante movimento. Assim, ancorar e objetivar são, portanto, formas de tratar a memória.

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é direcionada para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e eventos, que classifica segundo um tipo e os etiqueta com um nome. A segunda, mais ou menos direcionada para o exterior (em direção aos demais), extrai dela conceitos e imagens para uni-los e reproduzi-los no mundo exterior, para tornar as coisas conhecidas daquilo que já é conhecido (Moscovici, 2007, p. 78).

Neste ponto, Moscovici (2007) menciona a teoria das atribuições em cujo referente para o indivíduo é construir um vínculo de adequação da informação com a normalização e generalização da realidade imperante. Assim, ao mesmo tempo em que menciona a necessidade de ir além da teoria da atribuição, também antepõe a incomodidade daquilo que foge do protótipo preestabelecido socialmente.

O que fazer diante deste desafio? Pode-se fazer referência a uma possível interpretação na crença paranoica de que o outro sempre se comporta com duvidosas intenções. Moscovici cita que as experiências que temos, ou seja, as causas que nós selecionamos, tudo é influenciado por um sistema de RS.

Desta forma, os ingredientes que construirão o olhar de um sujeito estão intrinsecamente relacionados com sua experiência pessoal e cultural, onde serão levantadas categorias de análise e explicação, ou seja, pontos de ancoragem. Estes ingredientes se inserem no coletivo no qual o sujeito interage em contínua mudança, conectado à base pelas RS - ancoragem e objetivação - que servirão de farol neste processo. Portanto, é essencial ter um olhar no espaço entre a teoria da atribuição e a TRS, visto que existe uma dependência entre eles que merece um estudo aprofundado.

Moscovici (2007) menciona que “a RS tem duas funções: convenção e prescrição da realidade” (p. 34), e a função de pactuar as formas dos objetos e fatos, enquadrando-os num modelo preestabelecido, tem por objetivo ajudar na interpretação da realidade e oferecer ao ser humano uma ilusão de segurança que o ajude a posicionar-se diante da inevitabilidade do imprevisível.

Durkheim (1968) esclarece que as representações são “conceituais”, e os conceitos são representações, caracterizando-se pela construção específica num grupo, naquele espaço e tempo; distanciamento do viés de universalidade estabelece que as representações são a “acumulação de sabedoria e ciência ao longo dos séculos" (p. 409).

O segundo ponto apresentado por Moscovici (2007) refere-se à função prescritiva da RS que já estará em curso antes da análise do sujeito, sendo muito provável que repita o que já foi determinado. “Uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento prévio que rompe as correntes da informação presente” (Moscovici, 2007, p. 37).

Nesse processo de construção da RS, é crucial considerar o núcleo central que direciona a mudança, já que isto interferirá, em certa medida, na interpretação do sujeito em relação ao evento, bem como das pessoas ao seu redor, ocorrendo uma mútua interferência na coletividade e individualidade. A representação está envolvida nesta engrenagem circular movida pela comunicação humana, que ao mesmo tempo categoriza e modifica as referências que constituem a imagem e seus significados.

É nesta duplicidade concomitante na qual, ao mesmo tempo que represento, sou influenciado pela representação, que reside o eixo principal da TRS moscoviciana. Valoriza-se na simplicidade de todo e qualquer processo de comunicação que se produz no encontro relacional a gênese, desenvolvimento e expressão de novas representações. Assim, é possível entender a expressão de Moscovici quando nomeia sua “teoria do senso comum” engendrada por uma “sociedade pensante”, fenômenos socialmente relacionados com a construção do conhecimento.

Moscovici (2007) menciona que quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizado se torna. O que é ideal materializa-se gradualmente. Deixa de ser efêmero, mutável e mortal para converter-se, em contrapartida, em duradouro, permanente, quase imortal. A construção de pertencimento a um - ou melhor, a vários - grupos sociais exige que o indivíduo referencie múltiplas imagens para representar a si mesmo, o outro e o mundo.

Por um lado, tal construção é universal, mas estes arranjos não são uniformes nem para o próprio construtor nem para os que o rodeiam. Há uma teia de referências na qual a visão simplista e reducionista não consegue abranger, dado que o tema é complexo da mesma forma que os múltiplos objetos que utiliza para representar.

O desdobramento desta rede emaranhada cria jogos de imagens que se entrecruzam nas interseções entre o eu, o interlocutor e o mundo. Este mosaico flutuante assinala as representações que cada indivíduo tece nos distintos ciclos de vida, e em alguns pontos podem ter distintos graus de convergência com as prescrições sociais. Neste sentido, segundo Rousseau (1989), é improvável que as imagens que temos e as que os outros têm sejam convergentes; assumir esta imprevisibilidade é considerar a presença da dinâmica do desejo.

Resta concluir que a RS, como forma de pensamento social, é construída por atores sociais, ao mesmo tempo que muda seguindo direções não determinadas previamente, ou seja, contém aparentes contradições e raciocínios que podem parecer incoerentes.

Cabe assinalar que as interpretações às quais Moscovici (2007) sempre se refere devem ser compreendidas como tendo um caráter macro, mas algumas vezes destinado à análise subjetiva dos fenômenos da RS. Na construção do conceito de representação social apresentado nas setecentas pinas do manuscrito original da tese de doutorado "A psicanálise, sua imagem e seu público" (1961), Moscovici prossegue a pergunta: "Que relação tem [a representação social] com o coletivo que produz? Como afeta isto ao sujeito social que é portador de seu conteúdo e o utiliza?" (p. 45). Moscovici continua destacando o risco de manter a explicação apenas no agente que produz a representação: “para captar o significado do qualificativo social, é melhor enfatizar a função à qual corresponde do que as circunstâncias e entidades que refletem” (pp. 51-52).

Na TSR ainda existem aspectos linguísticos que precisam ser estudados, mas Moscovici (2003) destaca a particularidade na estrutura da RS formada por vários elementos de "crenças centrais" que originam e modelam uma série de outras crenças em um processo interconectado e contínuo. As chamadas “crenças nucleares, que se armazenam e produzem uma massa de outras, quando necessário, do mesmo modo que, a partir de um pequeno número de frases que conhecemos, produzimos uma grande quantidade de frases novas” (Moscovici, 2003, p. 19). Este processo torna possível que os indivíduos armazenem, correlacionem e intercambiem crenças básicas (estruturantes), atualizando-as de maneira personificada, e em certa medida corrobora para transformações da RS.

Spink (1993) menciona que a interpretação da realidade que surge do olhar da RS sempre será um "conhecimento prático", daí a preferência pelo uso do termo “práticas discursivas”. Desta forma, a representação “*é uma construção do sujeito como sujeito social.* [...] já que as representações são sempre construções contextualizadas, resultados das condições em que emergem e circulam” (p. 303). Como disse Moscovici "se a realidade das representações sociais é fácil de compreender, o conceito não é" (Moscovici: 1961/1979, p. 39), observa-se que a conceitualização da RS requer um aprofundamento epistemológico.

O próprio autor reflete sobre o caráter híbrido de onde origina o conceito pertencente tanto à Psicologia como à sociologia, trazendo palavras específicas, por exemplo, cultura/ideologia, pensamento/imagem. Disto se entende a afirmativa de que a RS é um fenômeno psicossocial. Deste modo, a TRS considera a RS no nível de grupo do fenômeno por ser um reflexo dos processos sociais que ocorrem entre os membros de uma unidade Social; não é possível reduzir este fenômeno ao nível do indivíduo, já que as RS não são um conjunto de mentes individuais.

Entretanto, o rigor e a consistência epistemológica da TSR têm sido questionados por pesquisadores e psicólogos sociais; neste sentido, é bom esclarecer o caráter polissêmico dos

conceitos da TSR, já que não tem como referência a estrutura tradicional da ciência. Por outro lado, existem algumas críticas um pouco mais consistentes, especialmente no que se refere à amplitude de definição do conceito de RS.

Cabe assinalar que foi através da teoria de Moscovici que se pôde recuperar o "conceito perdido" conforme mencionado no primeiro capítulo em La Psycanalyse "Representação social: um conceito perdido". No qual se analisa a definição e sua complexa compreensão do processo de expansão da teoria psicanalítica em diferentes espaços da comunidade francesa, superando o círculo científico. Hoje é possível afirmar que os conceitos psicanalíticos inauguraram várias palavras e formas de linguagem, modificando desde a relação da mãe com seus filhos até o conceito de infância, demarcando uma nova percepção destas relações.

O ambiente foi modificado para cumprir com esta nova ordem de compreensão. Menciona-se, por exemplo, que a noção de trauma alterou consideravelmente até a arquitetura dos cômodos da casa. Moscovici (2007) afirma que as RS são entidades quase tangíveis, já que impregnam nossas relações, os objetos que construímos ou consumimos e a comunicação que criamos. Sabemos que correspondem, por um lado, à substância simbólica que intervém em sua elaboração e, por outro lado, à prática concreta que produz essa substância, do mesmo modo que a ciência ou o mito correspondem a uma prática.

Em busca de definições conceituais sobre o fenômeno das RS, o foco está posto em conversas observadas nos saberes populares, religiões, mitos e não apenas no saber coisificado da ciência. Portanto, é necessário um pensamento interdisciplinar com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Linguística; para esta façanha é necessário superar a rigidez de delimitar lugares isolados e dar conta de um diálogo maduro e respeitoso entre a Psicologia Social e as diversas formas de explicar o fenômeno.

Assim, é possível compreender a distância que tem o fenômeno das representações com o determinismo social (no qual o homem é um produto da sociedade) assim como com o chamado voluntarismo puro (no qual o homem é livre para exercer seu desejo). Pelo contrário, o princípio epistemológico é a integração do homem na rota histórico-social, que também o mantém como sujeito ativo e criativo. Desta perspectiva Spink (1993) corrobora com Moscovici (1961) assumindo a coragem teórica de incluir a inclinação afetiva - e, portanto, dinâmica e controversa - da RS.

Também é de se destacar que este complexo fenômeno também está influenciado pelos meios de comunicação e as produções científicas e científicas do senso comum. "A partir disso transcorre que a representação Social tem uma inclinação histórica e a-histórica: É nesta encruzilhada onde temos que nos situar. O caminho certamente pode representar algo pedante quanto a isso, mas nós não podemos ver outra forma de liberar tal conceito de seu glorioso passado, revitalizando-o e compreendendo sua especificidade. (Moscovici, 1961/1979, ps. 40-41).

A retomada de Moscovici do conceito de representações coletivas proposto por Durkheim transmite um olhar renovado às ciências sociais, na medida em que reafirma que as representações coletivas são fenômenos inseridos na realidade, que têm pontos específicos na interseção com a linguagem e a comunicação. “Só uma evolução adicional, um trabalho consciente dirigido além do convencional, em direção ao intelecto ou além do figurativo, em direção ao real, permite superar a incerteza” (Moscovici, 1961/1979, p. 44).

O conhecimento é um processo que está intimamente ligado a seu tempo e contexto, não existe a priori sendo movido pelos desejos e paixões dos seres humanos que os manifestam na vida cotidiana, através de gestos, palavras, normas, simbologias, enfim, em todo comportamento - aqui tomado como sinônimo de linguagem - transformando as pessoas ao mesmo tempo que transforma a realidade.

Assim, o autor sustenta que toda RS deve ser vista “tanto na medida em que tem um contexto psicológico autônomo como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (Moscovici, 1961/1979, p. 45). A teoria das representações sociais, diria, pode ser vista em duas perspectivas. Primeiro, é uma teoria desenhada para responder perguntas específicas sobre crenças e vínculos sociais e para descobrir novos fenômenos. Em segundo lugar, também é a base de uma psicologia social do conhecimento, interessada no pensamento do senso comum, na linguagem e na comunicação. (Moscovici: 2007, p. 373).

Para avançar na compreensão da relação do homem com a realidade, é importante delimitar os seguintes conceitos: pensamento primitivo, ciência e senso comum, e pensá-los inseridos dialeticamente num contexto sócio-histórico. No pensamento primitivo existe a crença de que o pensamento atua sobre a realidade sendo os objetos um produto moldado a partir dos desejos do pensamento. Enquanto na ciência moderna o pensamento está moldado pelo objeto com a expectativa de trabalhar duro para adaptar a realidade aos nossos desejos, nesta perspectiva o pensamento é uma reação adaptativa à realidade que se coloca independentemente de mim.

Acredita-se que o pensamento científico moderno é baseado no “*poder ilimitado dos objetos*” para dar forma ao pensamento, para determinar completamente sua evolução e para ser internalizado na e pela mente. (Moscovici: 2007, p. 29). Esta estratégia pode provocar uma distorção ou fragmentação preestabelecida da realidade', ou seja, é crucial que o sujeito tenha clareza da percepção das representações construídas na vida cotidiana e sua interferência na percepção da própria realidade. Assim, a noção ou imagem permite o trânsito entre aparência e realidade, no entanto, a convenção de formas de pensar o mundo organizadas pela RS através da linguagem inserida na cultura influenciará o ser humano em sua interação.

Considerações Finais

Este trabalho, no âmbito da Psicologia Social, teve como objetivo principal apresentar uma revisão ampla e sistemática da literatura sobre as Representações Sociais, a partir de uma ampla revisão da literatura especializada, incluindo estudos de diversas áreas do conhecimento, com diferentes métodos e objetivos, elaborada como etapa de uma pesquisa em nível de doutoramento em Psicologia Social.

Os resultados apontam para a profunda relevância da Teoria das Representações Sociais (TRS) na compreensão da prática profissional dos psicólogos fiscais. Observa-se que esses profissionais atuam imersos em uma dualidade constante: submetem-se ao universo reificado, marcado por leis, normativas burocráticas e poder institucional, mas operam paralelamente no universo consensual das crenças, valores e práticas cotidianas da categoria profissional. O estudo revela que a fiscalização e a orientação não são ações meramente mecânicas ou estritamente jurídicas, mas processos psicossociais e comunicacionais complexos, moldados por âncoras sociocognitivas. Evidencia-se, ainda, uma escassez de pesquisas que apliquem a TRS especificamente nesse nicho de atuação no Brasil, ressaltando a urgência de abordagens sistêmicas que superem o positivismo clássico para compreender como as representações compartilhadas influenciam diretamente as decisões éticas desses trabalhadores

Conclui-se que a investigação das representações sociais dos psicólogos fiscais é uma etapa indispensável para o aperfeiçoamento da prática institucional e das políticas dos Conselhos de Psicologia. A TRS fornece um arcabouço epistemológico robusto para desvendar como esses agentes elaboram e objetivam o seu duplo papel (orientador e fiscalizador), permitindo identificar convergências, contradições e lacunas na tradução da lei em atos concretos. Ao compreender as matrizes de pensamento que condicionam o dia a dia da fiscalização, torna-se possível aproximar as normativas burocráticas da realidade vivida pela categoria. Por fim, o estudo reforça que valorizar o senso comum e os processos de comunicação humana dentro das instituições é um caminho efetivo para tornar o exercício do poder fiscalizatório mais humanizado, flexível, justo e, consequentemente, mais benéfico tanto para a classe quanto para a sociedade.

Referências

Alexander, J. C. (1993). Les Règles secrètes de Durkheim. In C. H. Cuin (Ed.), *Durkheim, d´un siècle à l´autre*. PUF.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1963). *A construção social da realidade*. Vozes.

Camargo, B. V. (2015). Serge Moscovici (14/06/1925 - 16/11/2014). *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 28, 240-245.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024). *Câmara celebra o Dia Nacional da Psicologia e os 50 anos dos Conselhos Regionais de Psicologia*. CFP. https://site.cfp.org.br/camara-celebra-o-dia-nacional-da-psicologia-e-os-50-anos-dos-conselhos-regionais-de-psicologia/

Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). (2024). *27 de agosto: um dia para celebrar, relembrar e refletir*. CRP-MG. https://crp04.org.br/27-de-agosto-um-dia-para-celebrar-relembrar-e-refletir/

De Paula, A. S., & Kodato, S. (2016). Psicologia Social e Representações Sociais: Uma Aproximação Histórica. *Revista De Psicologia Da IMED*, *8* (2), 200-207.

Durkheim, É. (1893). *De la division du travail social: Étude sur l'organisation des sociétés supérieures*. Félix Alcan.

Durkheim, É. (1895). *Les règles de la méthode sociologique*. Félix Alcan.

Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, *6*(3), 273–302.

Durkheim, É. (1968). *As regras do método sociológico*. (5a. ed.). Companhia Editora Nacional. (Trabalho original publicado em 1895).

Durkheim, É. (1968). *Les formes élémentaires de la vie religieuse: Le système totémique en Australie* (5a, ed.). Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1912).

Durkheim, E. (2002). *As formas elementares da vida religiosa*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1912).

Duveen, G. (2003). Introdução: O Poder das Ideias. In S. Moscovici, *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.

EHESS. (1994). *Annuaire - Comptes rendus des cours et conférences 1993-1994*. Paris.

Estramiana, J. L. Á. (1995). *Psicología social: perspectivas teóricas y metodológicas*. Siglo XXI de España Editores.

Ferreira, N. S. A. (2002). As Pesquisas Denominadas "Estado da Arte". *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272.

Fonseca, R. L., Salvi, R. F., & Torres, E. C. (2017). O Estado da Arte das Pesquisas em Dissertações de Mestrado em Ensino de Geografia: Contribuição Para uma Avaliação a Partir das Pesquisas nos Programas Nacionais de Stricto Sensu (2008 – 2012). *Revista Da Anpege*, *10*(13), 141–163.

Jodelet, D. (1984). Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale. *Communication Information Medias Theóries*, 6(2), 14-41.

Jodelet, D. (1988). La representación social. Fenómeno, concepto y teoría. *Psicología social II*. Editorial Paidós.

Jodelet, D. (1991). L'idéologie dans l'étude des représentations sociales. *Idéologies et représentations sociales*, 15-33.

Jodelet, D. (2017). *Representações sociais e mundos de vida*. Fundação Carlos Chagas.

Jodelet, D., & Haas, V. (2007). Pensée et mémoire sociales. In J. P. Pétard (Ed.), *Psychologie Sociale* (pp. 111-160). Bréal.

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e espaço público: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Vozes.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Vozes.

Lin, L., Conroy, J., & Christidis, P. (2020). Which states have the most licensed psychologists? *Monitor on Psychology*, 51(1).

Martins, A. M., da Silva Carvalho, C. A., & Antunes-Rocha, M. I. (2014). Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 104-114.

Mead, G. H. Play, the Game, and the Generalized Other. In: *Mind, Self and Society*. The University of Chicago Press, pp. 152-164.

Moreira, P.L.; Rique, J.; Maia, L. M; Camino, C. P.S. (2022). Concepções e práticas sobre uma sociedade ideal: uma análise sobre Representações Sociais. *Psicologia Revista*, 31(2), 432-454.

Morin, E. (1984). *Ciência com consciência*. Publicações Europa-América. (Trabalho original publicado em 1982).

Morin, E. (1996). *Ciência com consciência*. Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1982).

Morin, E. (1999). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Cortez; UNESCO.

Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. (8a. ed. revista e modificada). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1982).

Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Sulina. (Trabalho original publicado em 1990).

Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. (3a. ed.). Sulina. (Trabalho original publicado em 1990).

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. (2a.ed. revisada). Presses Universitaires de France. (Trabalho original publicado em 1961).

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Zahar.

Moscovici, S. (1979). *El psicoanálisis, su imagen y su público*. Editorial Huemul. (Trabalho original publicado em 1961).

Moscovici, S. (1994). Social representations and pragmatic communication. *Social Science Information*, *33*(2), 163–177.

Moscovici, S. (1996). *Psicologia das minorias ativas* (S. V. Gomes, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1979).

Moscovici, S. (2003). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).

Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: investigações em psicologia social* (5a ed.). Vozes.

Moscovici, S., & Hewstone, M. (1988). De la ciencia al sentido común. In S. Moscovici, *Psicología Social II* (pp. 679-710). Paidós.

Moscovici, S., & Vignaux, G. (1994). Le concept de thémata. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 25–72). Delachaux et Niestlé.

Oliveira, M. (2012). O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. *Debates do NER*.

Páez, D. (1987). *Pensamiento, individuo y sociedad: Cognición y representación social*. Fundamentos.

Piaget, J. (1979). *A formação do símbolo na criança*. LTC.

Piaget, J. (1990). *A epistemologia genética*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1970).

Piaget, J. (1994). *A representação do mundo na criança*. Record.

Pinheiro, I. E.; Marvila, T. E.; Canal, F.D. (2018). A atuação do psicólogo: Uma análise sob a perspectiva da teoria das representações sociais. *Revista Ambiente Acadêmico*, *4*(1).

Rodrigues, E. A. (2026). Análise Inovadora do Processo de Orientação e Supervisão de Psicólogos Fiscais em um Conselho Regional de Psicologia, Através do Estudo das Representações Sociais. *CPITT*, *8*(1).

Rousseau, D. M. (1998). O 'problema' do contrato psicológico considerado. *Jornal de comportamento organizacional*, 665-671.

Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 300-308.

Villas Bôas, L. P. S. (2008). *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1998). *O desenvolvimento psicológico na infância*. Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*. Cedes.

WHO (World Health Organization). (2026). *The Global Health Observatory. Psychologists Working in Mental Health Sector (per 100 000)*. https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/psychologists-working-in-mental-health-sector-(per-100-000)

Zimmermann, W., & Passel, J. S. (2001). *The integration of immigrant families in the United States*. ERIC.